

“Política sexual”, de Kate Millett

TIAGO COLLECT

Mestrando em Letras (UFSM)

tiago.collect@icloud.com

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Trad. Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

Kate Millett, nascida em Saint Paul, Minnesota, Estados Unidos, em 14 de setembro de 1934, é amplamente reconhecida como uma das figuras mais influentes da segunda onda do movimento feminista. Sua obra mais célebre, *Política sexual*, publicada em 1970, oferece uma análise crítica do controle patriarcal sobre a sexualidade feminina nos séculos XIX e XX. Millett explora a literatura, a pintura e as políticas públicas relacionadas ao papel da mulher na sociedade, desafiando normas e estereótipos arraigados. Além de sua produção intelectual, teve uma carreira acadêmica notável. Lecionou em diversas universidades, incluindo Waseda University, Bryn Mawr College, Barnard College e Universidade da Califórnia em Berkeley. Seus estudos em escultura no Japão e seu engajamento ativo em organizações defensoras dos direitos das mulheres, como o NOW (*National Organization for Women*), contribuíram para sua projeção internacional e a estabeleceram como uma figura central no movimento feminista.

Política Sexual, obra aqui resenhada, é dividida em duas partes: a primeira trata da revolução sexual na política e de Engels e a teoria revolucionária; e a segunda aborda a contrarrevolução, a política reacionária e a reação ideológica. Na primeira parte, ao tratar da revolução sexual, ocorrida entre 1830 e 1930, é analisada a maneira como as transformações relacionadas à liberdade sexual impactaram a sociedade da época, principalmente no contexto das relações entre os sexos. A autora destaca que, apesar de algumas mudanças significativas terem ocorrido nesse período, a promessa de uma revolução sexual bem-sucedida não foi completamente cumprida. Dessa maneira, Kate discute a importância de uma revolução sexual que acabaria com tabus e inibições sexuais, especialmente os que ameaçavam o casamento monogâmico tradicional, sugerindo que uma revolução bem-sucedida aboliria a instituição patriarcal, permitindo uma maior tolerância e integração de subculturas sexuais. Posteriormente, ela menciona a luta das mulheres nesse cenário. Em dado momento, Kate compara as visões de John Stuart Mill e John Ruskin sobre a política sexual na época vitoriana, destacando as diferenças entre o realismo de Mill e o romantismo de Ruskin:

É difícil admitir que Mill e Ruskin falam do mesmo assunto, ou — uma vez que cada um pretende defender os interesses da mulher — que nenhum deles mente. Ambos são sinceros, mas Ruskin, cujas teorias não são visivelmente tão favoráveis ao sexo fraco como ele afirma, lembra mais um racista paternalista, perfeitamente inconsciente do verdadeiro (Millett, 1974, p. 60-61).

Quando a autora adentra a polêmica entre Mill e Ruskin, e consequentemente toca no problema da natureza, observamos que os autores possuem visões distintas sobre a relação entre racionalismo e sentimentalismo. Enquanto Mill enfatiza a importância do racionalismo do século XVIII, Ruskin tende a valorizar a natureza humana e a influência sentimental nas relações sociais. No entanto, as concepções de Ruskin sobre a subordinação da mulher e a separação de esferas baseadas na natureza são criticadas por sua simplicidade e conservadorismo:

Se considerarmos que Ruskin desenvolve uma tese, ela é muito mais simplista que a de Mill, e tende mais a enganar o leitor do que a provocar nele uma reação. Partindo do princípio arrogante de que a burguesia cultivada exerce uma «soberania» sobre os «transviados e ignorantes», Ruskin contenta-se com reservar uma pequena parte do reino às rainhas, ou, segundo os seus próprios termos, em determinar “que porção da autoridade real poderá ser delegada às mulheres, em função da sua educação” (Millett, 1974, p. 52).

No que tange à problemática da educação, percebe-se um embate entre as visões de Mill e Ruskin. Mill argumenta que a educação das mulheres deve ser mais ampla e igualitária, permitindo a elas a participação em diversas áreas. Por outro lado, Ruskin propõe uma educação limitada e submissa, baseada na abnegação e na adaptação ao papel tradicional de cuidadora do lar. Quando o tema da vida doméstica é abordado, as divergências entre os dois autores se acentuam. Enquanto Ruskin idealiza o lar como um santuário de paz e submissão feminina, Mill denuncia a opressão e a violência presentes na relação matrimonial da época, evidenciando a necessidade de mudanças na legislação para proteção das mulheres.

Mais adiante, Kate discute a teoria revolucionária de Engels, que analisa a origem da família, da propriedade privada e do Estado. Engels foi um dos teóricos mais importantes, já que forneceu análises do passado e modelos para o futuro, contribuindo para a emancipação progressiva das mulheres. Aqui, abro um parêntese para fazer algumas considerações. Inicialmente, é importante desenvolvermos o problema das “relações sociais”, justamente porque é uma noção um tanto banalizada devido ao seu uso nos mais variados contextos.

Em sua primeira tentativa de redação de sua maior obra, *O Capital*, Karl Marx desenvolveu seus raciocínios, resultado de mais de uma década de pesquisas no campo da economia política, em uma série de manuscritos que viriam a ser conhecidos posteriormente como os *Grundrisse*. Nesses cadernos, Marx traça como ponto de partida a necessidade dos indivíduos de reproduzirem as condições necessárias para a reprodução de sua vida. É essa produção que funda a própria *história da humanidade*, visto que os seres humanos estão constantemente se deparando com forças produtivas que não foram produzidas por eles, mas herdadas do passado.

Nesse contexto, Marx observa como o processo de troca é especialmente elucidativo para revelar o caráter social do ser humano, visto que se trata, no mínimo, de dois indivíduos que se associam mutuamente pelo fato de cada um ser capaz de produzir um bem no qual o outro necessita. Isso demonstra que o ser humano é um ente

capaz de ultrapassar sua própria necessidade individual, sendo, portanto, um legítimo ser social. Essa é a maneira como os humanos produzem e reproduzem suas vidas, em um trabalho que possui um fundo teleológico (visto que a confecção de meios é apenas uma mediação para concretizar um fim que inicialmente se mostrava de maneira ideal), marcando assim suas relações sociais. Tudo o que é social está intimamente relacionado com a determinação mais essencial da sociedade no âmbito da produção.

No que diz respeito às questões de gênero, foi seu companheiro de militância, Friedrich Engels, quem ofereceu uma contribuição mais sistematizada. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels nos mostra que a forma social da família, em sua configuração patriarcal, heterossexual e monogâmica, diferenciou-se das outras formas por não surgir de uma “origem natural”, mas sim de uma razão econômica, ou seja, o advento da propriedade privada. A própria natureza do capitalismo, ao generalizar a propriedade privada¹ para os meios de produção essenciais à reprodução da vida, adota essa forma social do passado como maneira de perpetuar suas próprias relações exploratórias. Ao fazer isso, o capitalismo também perpetua a submissão da mulher, decorrente da derrota do matriarcado nas sociedades primitivas, visto que o sujeito que se apropriava da riqueza nessas formas sociais era estritamente masculino. A clara demarcação binária dos gêneros e as funções correlatas atribuídas a partir dessa diferenciação desempenham um papel fundamental na forma família monogâmica e na estrutura do capitalismo, contribuindo para a resistência e repressão de certas identidades e sexualidades pelo corpo social.

Voltando ao texto de Kate, a autora ressalta que Engels combinou as obras de Bachofen e Louis Morgan para construir uma história universal, descrevendo a evolução da família, da reprodução humana e da organização social desde a gênese até as cidades e nações. Engels propôs uma série de etapas na história social e familiar, passando pelo matriarcado, promiscuidade, casamento por grupo, família consanguínea, família punalua, família sindiásmica e, finalmente, casamento monogâmico. Ele criticou o patriarcado por gerar desigualdades, propriedade de pessoas e a existência de classes e do Estado, defendendo a possibilidade de um futuro onde tais instituições poderiam desaparecer.

Nesse trecho, é feita uma digressão sobre a evidência do mito em relação à origem e à imposição do patriarcado. Engels e Bachofen não conseguiram explicar adequadamente como o patriarcado se estabeleceu, mesmo que tenham apontado para a passagem da vida sexual comunitária para formas de associação sexual mais exclusivas, como a família sindiásmica e o casamento monogâmico, que garantiam ao marido a posse sexual exclusiva da mulher. A existência de outras formas de associação sexual, como a promiscuidade e a união por grupo, é debatida, sendo mais duvidosa.

¹ A monogamia foi a primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas, a saber, sobre a vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, de origem natural. Soberania do homem na família e geração de filhos que só podiam ser dele próprio e estavam destinados a ser herdeiros de suas riquezas – estes eram os fins exclusivos do casamento monogâmico, declarados abertamente como tais pelos gregos (Engels, 2019, p. 67).

A autora também mostra como Bachofen explorou os mitos e a literatura para entender como as sociedades primitivas analisavam os acontecimentos biológicos de forma política-sexual. A descoberta da paternidade é considerada um fator essencial, mas de difícil localização no contexto histórico. Ele destacou a importância dos mitos antigos que fazem referência ao matriarcado e como as divindades e valores desse sistema foram substituídos pelo patriarcado.

Avançando para a segunda parte, Kate aborda a contrarrevolução entre 1930 e 1960, com foco na política reacionária, especialmente nos modelos da Alemanha nazista e da União Soviética. Na Alemanha nazista, o Partido Nacional-Socialista recrutou adeptos insatisfeitos, enfocando um chauvinismo nacional, sexual e racial. O regime nazista visava ressuscitar e consolidar o sistema patriarcal de forma extrema, considerando a revolução sexual e o feminismo como forças a serem combatidas.

O movimento de emancipação das mulheres na Alemanha ganhou força entre 1900 e 1910, mas foi atacado de forma sistemática pelos nazistas, que infiltraram e controlaram as organizações femininas, afastando as líderes feministas e integrando essas organizações ao partido. O regime nazista incentivava as mulheres a se dedicarem à maternidade e família, enquanto também eram esperadas a fazer parte da população operária para sustentar a máquina de guerra do Estado. A partir de 1935, leis de trabalho obrigaram homens e mulheres a trabalhar para o Estado. Apesar da propaganda sobre a importância do casamento, lar e maternidade, o número de mulheres empregadas, inclusive mães, aumentou durante o regime nazista. Essas medidas revelam a tentativa da Alemanha nazista de fortalecer a estrutura patriarcal e controlar a participação das mulheres na sociedade, destacando a contradição entre os discursos propagandísticos e as práticas reais do regime.

Mais adiante ainda, são abordadas as três características essenciais da personalidade feminina segundo Freud: passividade, masoquismo e narcisismo. O psicanalista define a feminilidade como uma combinação dessas características de natureza orgânica e constitucional, prescrevendo essa combinação como a norma do desenvolvimento saudável das mulheres. A passividade é obtida, por exemplo, através do abandono da masturbação clitoridiana e do nascimento do desejo maternal durante o complexo de Édipo.

Freud (1976) acredita que o masoquismo e a passividade são características femininas, sendo consideradas normais nas mulheres e anormais nos homens. Ele descreve o masoquismo como uma condição inerente à feminilidade, na qual o indivíduo se encontra em situações características da condição feminina, como ser castrado, desempenhar um papel passivo no coito ou dar à luz. Freud justifica a crueldade e a dominação infligida às mulheres sob o pretexto de ser um alimento para sua natureza, descrevendo o masoquismo como inato às mulheres.

Nesse momento, é perceptível que a narrativa do texto de Kate critica as visões de Freud sobre a feminilidade, apontando para o viés e a influência cultural presentes em suas teorias. Simultaneamente também é discutida a influência do patriarcado na construção dessas teorias freudianas e como a sociedade espera que as mulheres sejam passivas, sofram e sejam objetificadas de acordo com essas normas culturais. Freud é citado como tendo correlacionado essas características femininas com a biologia e a constituição, justificando assim a submissão das mulheres ao sistema patriarcal.

Todavia, o texto aponta para os problemas e viés na aplicação das teorias freudianas para justificar a dominação masculina e a submissão feminina.

Por último, ressalto as críticas incisivas por parte da autora. A primeira se refere à abordagem funcionalista em relação ao papel sexual das mulheres na sociedade. Ela argumenta que essa abordagem, ainda que mais sutil do que a perspectiva freudiana da inveja do pênis, continua sendo reacionária e desrespeitosa para com as mulheres que não se enquadram nos estereótipos de gênero tradicionais. Também é tecida uma crítica ao modo como a linguagem cifrada e impessoal utilizada pelos funcionalistas serve para encobrir estruturas regressivas e estereótipos de gênero prejudiciais. A autora também ressalta o viés misógino presente na classificação feita pelos funcionalistas, que atribuem aos homens características positivas e às mulheres características negativas, contribuindo para a submissão das mulheres e para a manutenção do patriarcado na sociedade.

O que se conclui após a leitura é que *Política Sexual* consolidou-se como um marco teórico ao expor mecanismos de opressão patriarcal na literatura e na cultura ocidental, embora sua abordagem revele limitações significativas quando analisada a partir de perspectivas feministas posteriores. Naturalmente, esse comentário ressoa como uma crítica especializada da obra, que destaca o fato da análise de Millett, embora pioneira, circunscrever um cânone literário elitista, privilegiando autores masculinos, sem explorar de forma sistemática as estruturas políticas e econômicas que perpetuam hierarquias de gênero. Essa focalização restrita não apenas marginaliza vozes não hegemônicas, mas também reflete um viés eurocêntrico que universaliza a experiência da mulher branca e heteronormativa, negligenciando a interseccionalidade entre gênero, raça, classe e sexualidades dissidentes — dimensões cruciais que teorias feministas pós-1980, como o feminismo negro e *queer*, posteriormente priorizariam.

Tal restrição se observa também na concepção binária de poder, que fica evidente durante toda a leitura. Ao reduzir a dominação a um eixo vertical e unidimensional, a autora subestima a fluidez das relações de poder, que operam de maneira difusa e são atravessadas por subjetividades culturais, performatividades de gênero e estratégias de resistência diversas. Tal perspectiva desconsidera, por exemplo, como identidades não binárias e experiências LGBTQIA+ desafiam estruturas normativas, ou como fatores como colonialidade e capitalismo moldam opressões específicas.

Apesar dessas críticas, o legado de Millett reside em sua ruptura epistemológica: ao desnaturalizar a misoginia literária, inaugurou um diálogo crítico sobre a relação entre arte e ideologia. Contudo, suas lacunas evidenciam os contornos de um feminismo em fase formativa, ainda não sensibilizado as demandas por pluralidade que marcariam as ondas subsequentes do movimento. A obra, assim, funciona tanto como alicerce quanto como espelho das limitações de seu contexto histórico, convidando a reflexões sobre a evolução do pensamento crítico em direção a horizontes mais inclusivos.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo (SP): Boitempo, 2019. 188 p.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Edição Standard Brasileira das obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. vol. VII.